

LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO PORTO DE POSADAS, NA PROVÍNCIA ARGENTINA DE MISIONES

O governo da província argentina de Misiones em forma conjunta com a Administração Portuária de Posadas e Santa Ana (APPSA) estão convidando os potenciais interessados a participar do procedimento de licitação pública através da qual será adjudicada a concessão integral para o equipamento, adequação, manutenção, ampliação, desenvolvimento e operatividade, a título oneroso, do Porto Multipropósito da Cidade de Posadas e para a habilitação de armazém alfandegado.

O concessionário deverá, arcando com todos os custos, realizar as obras e fornecer os equipamentos que sejam detalhados no edital, nos prazos e condições nele estabelecidas. O concessionário do Porto de Posadas será o titular e responsável exclusivo, durante o período de concessão, da totalidade dos serviços que forem prestados no porto, incluindo: a) recebimento, expedição, manuseio, estiva, desestivagem e armazenagem de cargas; b) amarração e desamarração; c) utilização do cais; d) consolidação e desconsolidação; e) todo outro serviço que leve à maior eficiência e operatividade no porto.

Está incluída também na licitação, para que sejam realizados despachos diretos desde Posadas, com caráter obrigatório, a construção e habilitação de um armazém alfandegado no prédio do Porto de Posadas que será parte integrante da concessão.

O adjudicatário receberá dos usuários as tarifas pelos serviços públicos que sejam prestados no porto. Sobre as tarifas aprovadas somente poderá adicionar a taxa ao valor agregado correspondente. Outros impostos, taxas, serviços ou despesas de qualquer natureza deverão estar incluídos na tarifa estabelecida.

Os interessados que apresentarem ofertas na presente licitação terão ampla liberdade para propor o seu layout para instalação da infraestrutura, os serviços, as tarifas, e para definir o equipamento e outras instalações que resultarem necessárias de acordo com o esquema operativo que propuserem para a exploração do porto. Poderão apresentar ofertas as pessoas físicas e as pessoas jurídicas regularmente constituídas, como também as Uniões Transitórias de Empresas e Consórcios de Cooperação Empresarial.

INVESTIMENTO

O investimento inicial que deverá realizar o adjudicatário da concessão estará dado pelas obras, equipamentos e recursos destinados a pôr em funcionamento e operação do porto de Posadas durante os quinze primeiros meses de atividades. A quantia é estimada em um valor desde 3 milhões de dólares até 15 milhões de dólares ou mais, dependendo do valor dos bens e serviços a oferecer, as suas características, tecnologias, velocidade, manuseio, rendimento, segurança das obras, equipamentos oferecidos para o início das operações e das projeções que sejam previstas. O oferente deverá demonstrar a capacidade econômica para arcar com o investimento necessário. A concessão será outorgada por um prazo de 20 anos, podendo ser acordada uma renovação de até mais 20 anos. Na decisão serão julgados os volumes de carga que conseguiram ser operados, a qualidade dos serviços prestados e o impacto da operação do porto na competitividade da indústria e da economia da província argentina de Misiones. 

CAMPANHA DA ABCON E SINDCON MOBILIZA OPINIÃO PÚBLICA NO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

A Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) e o Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto (Sindcon) lançaram a Campanha #SomosMaisSaneamento que antecedeu o 8º Fórum Mundial da Água e tem encerramento um mês após o final do evento.

Trata-se de uma iniciativa brasileira de organizações que atuam em prol do saneamento com o objetivo de fortalecer o debate sobre este setor no 8º

Fórum Mundial da Água. A campanha cria uma rede de compartilhamento de informações e conteúdos entre as organizações apoiadoras e seus públicos. Centrada em oito mensagens, a ação colabora para criar uma voz mais sólida e unificada capaz de fortalecer o debate sobre as principais questões relativas ao saneamento no Brasil durante o evento.

-Reconhecidos como direito humano desde 2010 pela ONU, a água potável segura e o esgotamento sanitário adequado são fundamentais para a redução da pobreza, das desigualdades e para a realização de todos os Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Porém, não se pode esquecer que, além de cobrar para que este direito seja uma realidade, todos têm o dever de preservar os recursos hídricos e valorizar os serviços de água e esgoto.

-Em 2013 o Plano Nacional de Saneamento (Plansab), coordenado pelo Ministério das Cidades, estabeleceu o compromisso de alcançar em 2033 a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil. Reforçando este compromisso, em 2015 a ONU estabeleceu, por meio do ODS6, a meta mun-

dial de acesso universal à água segura e esgotamento sanitário adequado até 2030. Desta forma, todos precisam somar esforços para o alcance desses objetivos comuns, sem qualquer dilatação de prazos.

-Mais de dez anos após a Lei do Saneamento Básico entrar em vigor no Brasil, em 2007, metade da população do país continua sem acesso a sistemas de esgotamento sanitário. O acesso da população à coleta de esgoto passou de 42% para 52% e o de abastecimento de água passou de 81% para 83%. Esta lenta evolução suscita um diálogo transparente sobre os modelos atuais de prestação de serviços, a fim de identificar barreiras e construir novas oportunidades que garantam a aceleração do acesso aos serviços e alcance das metas de universalização.

-O setor público vem demonstrando dificuldades para investir os recursos necessários demandados pelo setor saneamento. Desta forma, o setor privado se coloca como parceiro fundamental e estratégico, somando forças para garantir mais investimento, contribuir

com seus atributos de eficiência, capacidade de gestão a fim de alcançar as metas de universalização até 2033.

-Qualquer serviço, independente de ser público ou privado, pressupõe a recuperação sustentável dos custos e investimentos, de forma que os prestadores possam garantir suas metas, sua eficiência e a disponibilidade dos serviços para as gerações atual e futura. Além disso, o serviço deve ser acessível a todos e garantido pelo Estado. Neste sentido, precisamos tratar o saneamento de forma mais técnica e pragmática e isento de influências políticas e ideológicas. O fortalecimento de um ambiente regulatório que atue de forma isonômica sobre contratos público-privados e público-públicos é fundamental para garantir a transparência, o respeito e a eficiência necessária.

-O saneamento precisa ser prioridade nas agendas políticas e para isso o engajamento da sociedade é fundamental. Além de cobrar pelo acesso aos serviços, a sociedade deve participar dos processos de formulação de po-

líticas, do planejamento, do monitoramento e avaliação. Para tanto, empresas e governos devem promover a transparência, a comunicação adequada e o respeito ao saber local.

-A integração entre os setores de recursos hídricos e saneamento deve estar presente no planejamento, monitoramento e em ações conjuntas a fim de garantir quantidade e qualidade dos recursos necessários para o abastecimento, promovendo a sustentabilidade e a capacidade de resiliência dos territórios.

-O investimento em formação e capacitação técnica e de gestão em saneamento é fundamental para o fortalecimento operacional e melhoria da execução da política pública do setor. Além da qualificação da mão de obra existente, fundamental para garantir a eficiência dos sistemas e investimentos atuais, a formação de novos profissionais garantirá mão de obra qualificada para ocupar mais de 1 milhão de novos empregos gerados pela universalização e distribuídos em todas as regiões do país. 

FORAM ELEITOS 15 MEMBROS PARA RENOVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE ENGENHARIA

No último dia 27 de março foram eleitos 15 membros para renovação do Conselho Deliberativo.

Esse Conselho é formado por 30 conselheiros escolhidos diretamente pelos associados, pelo presidente do Instituto de Engenharia, que também é presidente desse Conselho, e pelos quatro vice-presidentes, que não têm direito a voto.

Os novos membros, em conjunto com os veteranos, definirão as ações a serem tomadas pela Diretoria Executiva do Instituto de Engenharia. São eles, eleitos na seguinte ordem: Renato Mattos Zuccolo, Adolfo Bolivar Savelli, Roberto Kochen, Edson José Machado, Cláudio Amaury Dall'Acqua, José Eduardo Frasca Poyares Jardim, José Roberto Cardoso, Flavia Bertkevicius



DIVULGAÇÃO INSTITUTO DE ENGENHARIA

Jorge Pinheiro Jobim, conselheiro eleito, durante posse no Instituto de Engenharia, sendo cumprimentado pelo presidente Eduardo Ferreira Lafraia

Cruz, Luiz Fernando Portella, Jorge Pinheiro Jobim, Kleber Rezende Castilho, Pedro Márcio Gomes dos Santos, Carlos Cotta Rodrigues, Carlos Pereira de Ma-

galhões Neto, e Ricardo Alberto Carneiro La Terza.

Suplentes: Fenelon Arruda, e Jaime Rancman Weber. 